

1982: a repressão do regime cívico-militar ao movimento docente e o conteúdo da imprensa escrita no Rio Grande do Sul

MAURO LUIZ BARBOSA MARQUES *

Introdução

A partir de 1979, a categoria docente atuante na rede de escolas públicas estaduais no Rio Grande do Sul protagonizou importantes movimentos grevistas num período no qual estas eram proibidas em lei. Tal categoria realizou três greves ainda sob o período da ditadura cívico-militar nos anos 1979, 1980 e 1982. Tais movimentos não foram fatos isolados, mas parte de um contexto nacional.

O final da década de 1970 se destacou como um período de ampliação das lutas sindicais especialmente a partir do ABC Paulista. Importa ressaltar que as lutas do mundo sindical foram um dos tentáculos fundamentais para retirar as forças e diminuir a legitimidade do regime ainda vigente.

No caso dos movimentos docentes no Rio Grande do Sul, após duas greves vitoriosas (1979 e 1980), a do ano de 1982 foi severamente reprimida refletindo ainda resíduos autoritários, apesar da propalada 'abertura' da época. Houve ameaça de intervenção da entidade docente e toda deslegitimação que levou ao recuo do movimento.

Assim, este episódio se insere contextualmente na relação entre Estado autoritário e tentativas de movimento reivindicatório, num período de expectativa de abertura democrática. Ali se demonstrou a permanência de possibilidades repressivas mesmo no ocaso do período de ditadura civil-militar.

É esperado perceber neste artigo esta relação entre o final do período autoritário e a manutenção da repressão aos movimentos sindicais, bem como do aparato e das características repressivas ainda presentes mesmo no ano de 1982, as quais permitiram uma repressão rápida e implacável por parte do regime, de seus representantes estaduais e do arcabouço legal vigente naquele momento.

Para tal estudo serão analisadas criticamente fontes da imprensa escrita da época nos jornais Zero Hora (ZH) e Correio do Povo (CP), além do aporte bibliográfico específico sobre

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Doutorando em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Contato: mauro.238@hotmail.com.

o tema. Em especial, os editoriais destes periódicos terão seu conteúdo analisado e comentado, pois tais conteúdos se demonstraram parcializados em maior ou menor medida, em geral.

Este perfil de conteúdo confirma certos conceitos desenvolvidos por uma série de autores sobre as empresas de jornalismo, as quais atuam efetivamente como instituições privadas dependentes de anunciantes e patrocinadores (entre estes os governos em todos os níveis). Os editoriais analisados de ZH e CP são exemplos de como pode um periódico estar comprometido com posições do poder político dominante em dada conjuntura de crise (AQUINO, 1999).

Se partimos para um modelo comparativo em relação a outros periódicos, semelhanças são percebidas. “O regime militar fez uso não só de práticas coercitivas para exercer o poder, mas também de um forte aparato propagandístico” lembra MARTINS ao estudar a Revista Manchete, de tiragem nacional, durante o governo Médici (1999, p. 12).

Em 1982, era uma conjuntura distinta do período Médici, pois a censura estava relaxada e o regime afirmava-se em período de abertura. Mas pode-se perceber que certo *modus operandi* continua, persiste, mesmo pelos costumes, pela cultura e pelas características da imprensa de grande circulação. Ainda segundo MARTINS:

O teor dos conteúdos trazidos pelos meios de comunicação, na análise dos autores, sugere geralmente o conformismo e a passividade com relação à vivência daqueles que recebem as mensagens. A apatia acaba prevalecendo sobre o raciocínio que, quase sempre, é desestimulado. Busca-se junto à opinião pública criação de uma atmosfera de paz, tranqüilidade e esperança; o senso crítico ao invés de despertado, é prevenido ou mesmo coibido (1999, p. 24-25).

O trabalho e a atividade do jornalista “possui uma responsabilidade muito grande socialmente”, como afirma TERCIOTTI, pois o sentido e as maneiras pelas quais ele constrói uma notícia influencia e constitui sentido, tornando o jornalista um ator social influente, embora não comande isoladamente as empresas de comunicação (2013, p. 100).

Tal responsabilidade e pragmatismo podem, por outro lado, muitas vezes levar os periódicos a terem uma atitude mais ponderada em relação aos movimentos sociais, em especial quando estes adquirem boa legitimidade ante a sociedade, o que não foi o caso na greve de 1982, como a seguir se percebe.

Regime cívico-militar e as organizações dos trabalhadores

Eram proibidas tanto a sindicalização como as greves dos servidores públicos. Assim, os docentes organizaram “associações” e quebraram a legislação anti greves com a legitimação de seus movimentos, muito além da legalidade. Tal legitimidade acabava sendo reconhecida mesmo por integrantes do regime e dos governos em inúmeras situações.

Na greve de 1982 foi diferente e tal legitimidade foi quebrada por uma ação organizada e rápida da ditadura militar, seus apoiadores e sua legislação autoritária. CAUBET (1980, p. 14-15) afirma que tais regimes, característicos em nossa região planetária naquela altura, “se dotaram de aparelhos repressivos extremamente cruéis e degradantes, praticaram a cassação, o banimento, a tortura, a liquidação física dos oponentes e o desaparecimento forçado das pessoas”.

Em 1982, tal regime estava debilitado e em seus momentos finais, mas o exemplo desenvolvido neste artigo demonstra que ainda havia possibilidade de ações autoritárias típicas do período de exceção. Quem vivia o ano de 1982 não poderia imaginar o tempo que duraria ainda o regime dos generais, subalternos e civis, mas havia um sentimento que se caminhava para o final daquele modelo em ritmos lentos, mas sentidos no cotidiano. Naquele mesmo ano ocorreriam as eleições para governadores estaduais, por exemplo.

Vale ressaltar que do ponto de vista dos trabalhadores, os militares e civis instalados no poder após 1964 por um lado estimularam a abertura acelerada aos financiamentos externos visando rápida industrialização e por outro ampliaram o arrocho salarial e a superexploração. Fatores que aumentaram “as desigualdades sociais e pauperizou boa parte dos trabalhadores brasileiros” (RIDENTI, 1993, p. 168).

Tais regimes autoritários, também presentes em países da América do Sul como Uruguai, Argentina e Chile, expressaram sua natureza repressiva também na perspectiva de “aniquilar os inimigos”, entre suas principais metas. Tais ditaduras não foram acidentes de percurso, mas construídas no seio da democracia e em oposição ao setor desenvolvimentista representado aqui no Brasil por João Goulart, setores nacionais da burguesia e da classe trabalhadora organizada (RAMIREZ, 2012).

No campo econômico, a gestão ditada especificamente pelo FMI foi marcada pela “má distribuição da renda, pelo endividamento externo, pela concentração da propriedade e pela ausência de liberdades essenciais” (PETERSEN, 1984, p. 68). Apenas como exemplo, entre

“1964 e 1981 a dívida externa aumentou 25 vezes, e a inflação atingia níveis elevados (77% em 1979 e 110% em 1980) somada à recessão” (SOARES, 2002, p. 54).

A partir das imensas dificuldades do próprio regime, especialmente na gestão Ernesto Geisel (1974-1979), iniciou-se o que os militares definiram como ‘abertura política’ e que ANTUNES (1988, p. 126) conceitua como um passo importante para uma espécie de “auto-reforma da estrutura política da autocracia burguesa”, de ‘democratização por dentro da ditadura’, uma transição lenta e gradual, capaz de soldar as necessidades de rearranjo político entre os interesses diferenciados das frações burguesas, preservando-se a estabilidade da ordem.

De qualquer forma, a propalada ‘abertura’ permitiu a retomada de organização e mobilização de diversos setores da sociedade, pois “grupos sociais cada vez mais amplos, beneficiando-se da liberdade que se alargava, trataram de proteger-se contra a deterioração de sua posição relativa na sociedade” (LAMOUNIER, 1990, p. 15). Foi um período de multiplicação de associações de bairro, sindicatos, movimentos contra o custo de vida, pela moradia, pela terra, entre outros.

Junto a isso, um dos fatores do distencionamento da ditadura militar foi o cancelamento do AI-5 e o relaxamento da censura. Estes fatores não significaram uma total abertura, como demonstrado no exemplo abordado neste artigo. KUSHNIR relata que:

Mesmo com a decretação formal do fim do AI-5 e de outros ‘entulhos autoritários’ em dezembro de 1978, as marcas que todo esse processo deixou na sociedade brasileira permaneceram. Pode-se afirmar que a legislação autoritária existiu porque uma parcela conservadora da sociedade clamava por essas ações repressivas e/ou preferia fechar os olhos para a sua existência (2004, p. 140).

Apesar de debilitado, o regime militar fez o enfrentamento com a organização e ações críticas dos trabalhadores e conforme REZENDE (2001, p. 312), os movimentos contestatórios do período da abertura e as greves, “eram mostrados pelo regime como uma afronta ao seu sistema de idéias e valores da família brasileira, aos pressupostos de bem comum e aos elementos garantidores da felicidade de todos os brasileiros”.

Por isso, diversas vezes tais mobilizações foram reprimidas, visto que a “contestação é vista como um ataque sistemático ao próprio regime, sendo, portanto, ilegítima e sujeita às medidas repressivas do Estado que derivam do princípio de autodefesa” (STEPAN, 1986, p. 62). Ameaças de punições estiveram sempre no contexto das greves dos educadores no Rio Grande do Sul e nas demais categorias.

Nada disso impediu que tais movimentos ocorressem no Estado e em todo o país, pois ao final dos anos 70 e início dos 80 acirrou-se a crise econômica e as demandas sindicais e políticas. Tais fenômenos incidiram sobre a categoria dos trabalhadores em educação no Rio Grande do Sul.

A origem dos movimentos grevistas dos educadores no Rio Grande do Sul está em todo este contexto somado a peculiar gravidade da sua situação social. Com o passar dos anos e pela experiência das lutas somou-se a isso uma capacidade de organização através de uma associação com perfil de sindicato atuante e espraiado em todas as regiões do Estado.

A partir da greve de 1979 começou a pavimentação do caminho das tradições mobilizatórias da categoria estadual e abriu o período no qual as mobilizações dos educadores estaduais dividiram corações e mentes na sociedade rio-grandense entre apoiadores e opositores.

Do ponto de vista político, tais greves ocorridas ao final do período militar dividiram argumentos entre dois campos distintos: o da legitimidade e o da legalidade. Por outro lado, mesmo o regime autoritário sentia a pressão popular dos movimentos que não paravam de ocorrer a partir do final dos anos 1970 em todo país. Essa dicotomia também esteve presente nas greves da educação no Rio Grande do Sul.

A greve de 1982: a dura repressão do velho regime

O elemento político ficou bem mais claro na greve docente de 1982 e, para o discurso oficial do governo, o movimento teria apenas uma origem emotiva e passional. Era um ano eleitoral, quando os governadores estaduais seriam eleitos após muitos anos de eleições indiretas e indicações do governo federal civil-militar.

Naquela altura, a luta pela implementação dos 2,5 salários mínimos como básico salarial já estava como base das pautas de reivindicações, assim como a paridade com os demais servidores de nível superior. Para o CPERS,¹ associação representativa da categoria, o governo não cumpria o acordado na greve anterior, no ano de 1980. Era o chamado

¹ O CPERS foi fundado em 21 de abril de 1945, inicialmente como CPPE (Centro dos Professores Primários do Estado) quando cerca de 6 mil pessoas atuavam no magistério estadual. Em 1966, novo estatuto criou a sigla CPPERS (Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul), visando a ampliação da base sindical da entidade indo além da rede estadual. Nos anos 1970, passou a agregar os professores de todos os níveis, não apenas os professores primários, quando surgiu a atual denominação CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul), oficialmente tornado sindicato apenas em 1989 (assim, a denominação passou a ser CPERS/Sindicato). Vale ressaltar que o CPERS, *de fato*, sempre foi o legítimo representante da categoria devido o número de sócios e o perfil claramente sindical (ver PACHECO: 1993).

6

'acordo/80', o qual previa o piso referido para a categoria. Por esta pauta de reivindicações, mais de 20 mil professores definiram por cinco dias de greve na assembleia estadual de 18 de março de 1982.



ZH, capa de 19.3.82.

No mesmo dia, nota oficial do governo do Estado nas capas de ZH e CP afirmava que a greve a partir da assembleia seria um 'boato' e que “o motivo da pretendida greve não é a obtenção de melhores salários para o magistério. Uma classe inteira está sendo manipulada para que uns poucos obtenham notoriedade e benefícios eleitoreiros”.

Além disso, a nota polemizou sobre a concessão dos 2,5 salários mínimos como piso salarial:

(...) ao determinar a vigência do básico de 2 e 1/5 salários-mínimos a partir de outubro (rigorosamente dentro do acordo que diz 'no exercício' e não 'no início do exercício') cumpriu o acordo e distendeu o máximo a sua capacidade financeira”. (...) A compreensão com que o governo vem acatando as sucessivas reivindicações do CEPERS(sic) e a tolerância que tem manifestado diante dos ataques até injustos que a entidade lhe vem fazendo, não devem ser confundidos com fraqueza. O Governo deve respeitar e fazer respeitar a leis. E o fará. Uma das responsabilidades maiores do Governo é a de proteger o povo contra ação desagregadora daqueles que preguem o descumprimento da lei e queiram causar mal-estar social. Uma greve como a que vem sendo insidiosamente sugerida aos professores causaria um prejuízo imenso à sociedade, privando quase um milhão de crianças das aulas a que tem direito. A hipótese de greve é, por isto, completamente inviável, e o Governo tomará todas as medidas de sua competência para evitá-la, com o objetivo maior de salvaguardar os legítimos direitos da sociedade, que paga impostos e tem direito a ter escolas em funcionamento durante TODO O ANO LETIVO (capas de ZH e CP, 18/3/82).

O governo deixou claro que a greve é um evento desagregador e que agiria dentro da lei para coibi-la. Quanto ao cumprimento do Acordo/80, afirmou que cumprirá tal acordo até o final do ano de 1982 e não no seu início de seu 'exercício', sendo este o tom fundamental da

polêmica. Na mesma nota, o governo expôs também o aumento (dez vezes mais recursos) dos investimentos nos salários dos educadores entre 1979 e 1982.

Uma nota paga não é responsabilidade, em tese, do periódico, mas uma compra de espaço por parte do Governo. Tal prática era comum neste período como forma de utilizar o destaque do espaço de grande circulação para disputar posições. Para identificar um pouco sobre a posição dos veículos de comunicação vale a pena analisar os editoriais destes.

Os editoriais de Zero Hora,² em geral, expunham um perfil sempre semelhante quando eclodia alguma greve ou movimento social mais arraigado. Era costume deste periódico comentar e sugerir para assembleias e os movimentos reivindicativos, como no dia da assembleia: “Certamente, o que se espera desta reunião é uma decisão ponderada, uma atitude sensata que não venha a ocasionar prejuízos ao conjunto da sociedade” (18/3/82, p. 2). ZH reconhecia os movimentos sociais, os quais deveriam ser moderados e reflexivos, e destacava mais uma vez as dificuldades do erário público.

Na página 37 da mesma edição, artigo publicado ‘a pedido’ do jornalista Rogério Mendelski – também publicado em outros jornais – optou por um conteúdo fortemente contrário à greve docente, clamando pelo cumprimento da lei temendo pelas consequências deste processo: “A sociedade brasileira - e gaúcha – que tanto tem lutado para que este país volte a sua plenitude legal e democrática, não vai tolerar que a lei seja rompida por líderes de uma classe que desejam apenas ‘vingança””.

A pressão contrária ao movimento era grande e muitos fatores não aconselhavam uma greve naquele momento. Apesar disso, a assembleia dos professores definiu por cinco dias de paralisação. Houve um forte movimento no sentido de considerar esta greve apenas como um movimento ‘político’, especialmente pela realização de eleições ao final daquele ano. A decisão pela paralisação foi dividida, o que permitiu a ZH dedicar a página 24 da edição de 19/3/82 a relatos de professoras contrárias a greve, com o título: “Não queremos greve, o momento não é oportuno”.

Por seu turno, ZH comemorava ser uma greve de duração delimitada e não indefinida:

² Zero Hora (ZH) foi fundada em 1964, após o fechamento do jornal Última Hora pelo regime militar, especialmente por estar vinculado ao projeto nacionalista de João Goulart. As origens deste jornal estão vinculadas a Maurício Sirotsky Sobrinho que, em 1940, controlava alto-falantes no centro da cidade de Passo Fundo. Em 1966 ele se associou a ZH e em 1969 consolidou seu controle acionário. Tornou-se o jornal de maior tiragem e venda avulsa a partir de 1982 (ano analisado neste artigo) e se afirmou como principal periódico no Estado do Rio Grande do Sul (ver FONSECA, 2008).

(...) a greve determinada ontem, durante a assembléia dos professores, não possui o caráter inflexível de levar o Governo novamente à mesa de negociações, forçoso é reconhecer que se trata mais de movimento de protesto, até mesmo, simbólico” (ZH, editorial de 19/3/82, p. 2).

Foram cerca de 24 mil presentes (estimativa do periódico) no Gigantinho, local das grandes reuniões da categoria. Em 20/3/82, outra nota paga pelo governo foi vista na capa dos jornais. Nela, ficava clara a ameaça de intervenção, demissão e repressão à greve:

Haverá aulas, normalmente, em toda a rede escolar pública do Estado do Rio Grande do Sul, segunda feira e nos dias subsequentes. O Governo do Estado assegurará o direito de ir e vir a alunos e professores, não permitindo a formação de piquetes à frente dos colégios ou manifestações de incitação à greve. (...) Os professores que (...) NÃO DEREM AULAS, terão seu ponto cortado, nos termos da lei. (...) Os professores contratados que não comparecerem à escola para DAR AULA estarão sujeitos à rescisão de seus contratos (...).

Na mesma capa, salários de dirigentes da entidade foram divulgados,³ num ato surreal na tentativa de mostrar os ‘altos salários’ dos líderes do movimento. A posição do Presidente da Assembléia Legislativa, membro da oposição estadual, também teve nota paga na mesma capa. Percebe-se acirrada disputa ao redor do debate da legitimidade da greve daquele ano: “As ameaças feitas ao magistério e ao Cpers, com a invocação, inclusive, da Lei de Segurança Nacional, indicam que o Governo prefere recorrer ao arsenal do arbítrio, ainda remanescente, a parlamentar e dialogar”.

Seguindo na sua linha repressiva, o governo anunciou o ‘Decreto de Suspensão’ do CPERS, manchete na capa de ZH em 23/3/82: “A decisão de suspender as atividades do CPERS foi tomada no fim da tarde de ontem durante audiência que o Presidente da República concedeu ao Ministro Ibrahim Abi Ackel”.

O governo de Estado prometeu e logo que pôde agiu no sentido de colocar a greve na ilegalidade. Assim, com a ajuda do Ministério do Trabalho, consolidou a intervenção e fechamento do CPERS a partir do tal decreto, recurso jurídico da chamada ‘Lei de Segurança Nacional’ da época⁴. O fechamento efetivo da entidade apenas foi freado a partir do anúncio de nova assembléia da categoria.

³ Sem assinatura e registrado como um “A PEDIDO”, tal nota, em forma retangular ao final da página, registrou salários de lideranças da categoria como Paulo Egon, Tereza Noronha, Hermes Zaneti e Zilah Totta. Também mostrava como o governo ampliou o investimento em salários: em 1979, eram cerca de 598 milhões de cruzeiros como média mensal e em 1982 chegou a 5.844.000 de cruzeiros, quase dez vezes mais (nota do autor).

⁴ A Lei de Segurança Nacional surge em 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, com o abandono das garantias processuais. Nos anos seguintes à sua promulgação foi aperfeiçoada pelo governo Vargas,

As manchetes de capa de ZH em 23/3/82 foram esclarecedoras neste sentido: “Ministro da Justiça diz que é iminente fechamento do CPERS: INTERVENÇÃO LEVA MAGISTÉRIO HOJE A NOVA ASSEMBLÉIA”.

Além da decisiva intervenção repressiva do regime militar, já bastante desgastado, um fator determinante para as dificuldades da greve de 1982 foi sua adesão, bastante inferior às greves anteriores. Assim, com forte ameaça de fechamento de sua entidade, os professores retornaram às aulas após dois dias de paralisação, decisão tomada na assembléia de 23/3/82. Tal decisão, numa reunião com cerca de cinco mil presentes, também significou o recuo da repressão e da possibilidade de perdas organizativas a partir da suspensão da associação classista.

ZH não se posicionou nos dias anteriores, mas ao final da greve lançou mais um editorial elogiando o recuo do CPERS e justificando os encaminhamentos do governo:

(...) elogiável capacidade de se situar diante de um quadro que, ao fim e ao cabo, acabaria resultando contrário a seus próprios interesses. (...). Cabe ao Poder o cumprimento da Lei. (...) quando a normalidade volta a imperar, quando desaparecem as tensões e apagam-se as apreensões, as condições se tornam propícias para o entendimento aberto, leal e franco, como sempre foram as tradições gaúchas (ZH, editorial ‘Volta ao bom senso’, 24/3/82, p. 2).

Apesar da repressão, para ZH tudo agora voltaria a ser ‘franco, leal e aberto’. Assim concluiu o editorial sugerindo o reatamento do diálogo, após esta 'normalização'. O suposto diálogo ocorreu, mas sempre com o destaque – por parte do governo - da ilegalidade dos movimentos grevistas chocando-os com sua legitimidade, em geral reconhecida. Nesta balança, o discurso legalista era dominante, algo confirmado neste documento oficial:

A greve, nos serviços públicos é vedada (...) em qualquer de suas espécies, mesmo que eufemisticamente tenha o nome de “paralisação”. Ao deflagrar a greve (...) o CPERS fez com que os professores infringissem seu próprio Estatuto, a Constituição e o Estatuto do Funcionário Público Civil, aplicável, na espécie, ao magistério, pois os que assim agiram voltaram-se contra a lei, olvidando que a

tornando-se cada vez mais rigorosa e detalhada. A Lei de Segurança Nacional foi mantida nas Constituições brasileiras que se sucederam. No período dos governos militares (1964-1985), o princípio de segurança nacional iria ganhar importância com a formulação, pela Escola Superior de Guerra, da doutrina de segurança nacional. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-7/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional> acesso em 9/2/2014.

*Educação é atividade essencial, e que o Sistema Estadual de Ensino não pode ficar constantemente à mercê de deliberações emotivas e passionais.*⁵

Para o governo, o movimento de 1982 foi motivado por decisões emotivas e passionais. A porcentagem expressiva feminina presente na categoria seria o motivo desta caracterização? Em nenhum momento isso fica claro, mas é algo que pode ser avaliado por qualquer analista de conteúdo.

Houve o recuo governamental e a entidade não foi fechada, mas os descontos de salário referentes aos dias de paralisação seguiram sendo alvo de debate entre governo e grevistas, sendo resolvido apenas bem mais adiante. Outro jornal de cobertura estadual – Correio do Povo - também cobriu o movimento grevista e registrou editoriais, embora em menor quantidade. As ameaças do Secretário de Justiça, Celestino Goulart foram registradas em reportagens e matérias com bom destaque e espaço, desde o início do mês de março.⁶

O perfil autoritário do governo fica claro quando o responsável pela justiça discute questões funcionais, sindicais e educacionais:

(...) é evidente que, se as posições se radicalizarem, o secretário da Justiça tratará do assunto, (...) devemos, acima de tudo, crer no patriotismo dos professores, na possibilidade deles nos auxiliarem para que o Rio Grande do Sul seja um estado tranquilo, onde os pais possam enviar seus filhos para a escola sem sobressaltos (CP, 3/3/82, p. 28).

Na mesma página, a posição de rigor do Secretário de Educação era explicitada: “(...) a posição do Governo será diferente daquela das duas outras paralisações, uma vez que pretendemos agir dentro da lei, que proíbe a greve nos serviços essenciais e ao funcionalismo público”.

Já no período grevista, CP divulgou o discurso do mesmo representante do governo estadual e de suas ameaças aos grevistas em seu discurso:

⁵ Ofício da Secretaria de Educação nº 884, em resposta ao CPERS Sindicato: 29/3/82.

⁶ O jornal Correio do Povo (CP) tem sua fundação em 1895, sendo uma entidade empresarial centenária. O Sr. Caldas Júnior, sergipano, com experiência em outros jornais, levantou capital necessário para empreender o início do Correio entre o comércio da cidade de Porto Alegre. O nome escolhido para o periódico se deu em função de uma mudança ocorrida naquele período na imprensa sul rio-grandense, marcada até então por jornais claramente de tendências partidárias ou vinculações oficiais. Mesmo nascendo pequeno, liberal e oposicionista na época, o CP tinha indiscutíveis raízes no patriciado rural, mais por vocação do que por origens do fundador. CP investiu em tecnologia com noções empresariais e capitalistas de gestão que o colocou na vanguarda de sua época, liderando seu segmento até os anos 1980. Inovou também na seleção de notícias curtas e objetivas no corpo do jornal e na ideia de um jornal informativo e não opinativo (ver RUDIGER, 1993 e GALVANI, 1995).

(...) se houver greve, efetivamente, (...) procuraremos detectar os incitadores da paralisação para as punições cabíveis (...). Se os professores forem insensíveis às dificuldades do Governo e atenderem ao apelo da entidade de classe, a intervenção pode ocorrer (CP, 21/3/82, capa).

Chama atenção o conteúdo editorial deste jornal no período anterior e durante a greve. Já em 3/3/82, CP ditava o que considerava decisão sensata aos educadores estaduais em editorial do dia intitulado ‘Volta às aulas’:

(...) é de se esperar que saibam encaminhar as decisões das assembleias classistas já anunciadas para o momento da volta às aulas, num rumo de maturidade e de patriotismo. Provas bastante tem dado os líderes do magistério quanto a sua disposição de luta e reivindicação. O desejável agora é que saibam dosar este espírito de luta com a necessária sensibilidade, para perceberem onde começa e campo de prevalência do interesse público e para ai deter-se, respeitoso, o ânimo reivindicatório.

O Estado deu ao Magistério mais do que podia, consideradas a situação financeira do Tesouro e as perspectivas de uma economia em estagnação. A própria Oposição parlamentar, por um significativo número de seus deputados apoiou o projeto governamental e lhe deu aprovação. Assim, mesmo que o reajuste de vencimentos que decorreu da recente lei estadual não satisfaça plenamente a classe dos professores, parece ao homem comum que o magistério deva submeter-se à vontade soberana da lei. E o que todos esperam é a reabertura normal das escolas e a volta às aulas, com o pensamento colocado no futuro da pátria e de sua infância e adolescência que clama por informação e por cultura (p. 4).

Destaca-se neste texto a semelhança com a visão dos editoriais de ZH, o chamado a ‘dosar o espírito de luta’ e os elogios claros ao governo estadual e suas medidas a favor do magistério. Ainda, até o dia da assembleia geral, diversas reportagens nas edições anunciaram as preparações para o evento. Um dia antes, mais um editorial anunciava as posições do periódico, ao menos de seus proprietários:

Nos domínios da educação, o governo Amaral de Souza ficou marcado pela brusca melhoria do tratamento financeiro do magistério. A greve dos professores e a intensidade das reivindicações classistas levaram sua administração a conceder melhorias salariais que certamente não figuravam em seus planos originais. Um substancial reajuste do magistério era, desde muito, uma imposição das próprias necessidades do ensino. Mas essa é uma área marcada por tantas e tão antigas distorções que a correção salarial é apenas gota d’água num oceano. Cabe lembrar que os estabelecimentos escolares do Estado continuam sem verbas para limpeza e material de consumo, privados até mesmo de pessoal de vigilância e faxina, irregularmente mantido e contratado, quando isso é possível, pelos Círculos de Pais e Mestres (17/3/82, p. 4).

Mais uma vez uma série de elogios é destinada a postura do governo ante a categoria docente estadual combinado com a crítica a situação estrutural das Escolas, um tema também na época bastante destacado junto a falta de vagas para os estudantes.

Durante a greve, CP não divulgou editoriais até o dia 23/3/82, quando na página específica divulgou posição assinada por seu articulista.

Durante os longos anos do autoritarismo triunfante, o magistério estadual esteve submetido a uma verdadeira compressão de salários. Não parece difícil sustentar esta assertiva. Basta ver, pelos demonstrativos publicados pelo atual governo, o alto percentual dos aumentos que ele mesmo concedeu no período entre 1979 e 1982. Se a folha de pagamento da Secretaria de Educação teve que passar de 7 para 70 milhões, no curto lapso de quatro exercícios financeiros, é por ter havido o reconhecimento de que o professorado vinha sofrendo um injusto tratamento. Isso não seria verdade se os atuais padrões de remuneração do magistério tivessem subido a alturas despropositadas. Mas tal não acontece. O mesmo governo se incumbiu de quebrar a privacidade de seus funcionários e divulgar aquilo que o próprio leão da Receita Federal está impedido de fazer: publicou os vencimentos brutos dos líderes do magistério, e todo o mundo pôde ver, inclusive os eventuais credores e fornecedores, que só dirigentes do CPERS não passam da mediania em matéria de 'tutu'. Se considerarmos o que ganham certos 'assessores de coisa nenhuma', sem títulos, sem concurso e sem bagagem de serviços, pode-se dizer que o magistério está mediocrementemente remunerado, apesar dos substanciais aumentos e reajustes que lhe concedeu a administração Amaral de Souza.

O atual governador, justiça lhe seja feita, está enfrentando um duplo encargo: o de compensar o achatamento salarial do magistério, praticado sob os governos anteriores, e o de enfrentar a fúria reivindicatória do professorado a partir do momento em que este rompeu a porteira da disciplina e se largou campo afora.

Quanto à greve de cinco dias, parece-me inútil para o magistério, perigosa para seus dirigentes, prejudicial ao alunado e ao processo educativo. E hostil ao povo que paga impostos e que quer ver funcionando normalmente os serviços públicos. Enfim, uma típica decisão de assembléia passional e irrefletida. Mas, que fazer? Estamos todos, governantes e governados, recolhendo a safra dos longos anos de contenção e autoritarismo (Editorial 'Safra Triste', de Sérgio da Costa Franco, p. 4).

CP preferiu não desenvolver uma oposição direta, mas discreta ao movimento grevista em seu final. Mesmo crítico ao período autoritário e reconhecendo os baixos salários, chama atenção que a luta docente é definida no editorial como uma ruptura da 'porteira da disciplina'. Aparentemente havia uma aposta na abertura gradual e um receio que os movimentos sindicais pudessem atrapalhar tal abertura ao invés de acelerá-la.

Observações finais

Por todo o contexto anteriormente destacado, a legitimidade do movimento, conseguida em 1979 e 1980, desta vez não se consolidou. Assim, a repressão orquestrada pelo regime e seus representantes conseguiu sair vitoriosa por uma série de fatores. NORONHA ainda destaca ao analisar as greves do período como a crise econômica a partir do ano 1980 fez cair o índice de paralisações e, somada a dificuldades políticas, "transformou-se em

elemento quase que proibitivo das paralisações (...) entre 1980 e 1984 a média de grevistas é declinante (...)” (1992, p. 90).

Além da conjuntura um pouco mais difícil para os movimentos sindicais naquele momento, o exemplo narrado neste artigo demonstrou a manutenção de aspectos autoritários do regime militar mesmo no ano de 1982. O regime parecia esperar e impor sua autoridade, mesmo nos seus momentos finais.

Apesar da agonia deste regime e do encaminhamento de determinada abertura, era questão de honra não ceder aos trabalhadores organizados, em especial num ano eleitoral. A manutenção do chamado ‘entulho autoritário’ merece uma reflexão, até por que o mesmo se manteve por vários anos ainda, mesmo após a promulgação da constituição de 1988, como é problematizado por uma série de autores.

Na greve docente de 1982, assim que pôde, a partir da fragilização da greve e de uma leitura de um contexto favorável ao governo, este reuniu suas forças para golpear o movimento e demonstrar quem comandava ainda. A derrota da greve refluíu os movimentos docentes até o ano de 1985 no Rio Grande do Sul, quando houve uma nova greve, agora contra um governador eleito do PDS.

Por sua vez, os jornais de grande circulação acabaram cumprindo seu papel legalista e de estabilizador da ordem, ou seja, cuidando para que as coisas fiquem no seu lugar e caso saiam, que retornem logo. O apoio governista exagerado sugere por um lado uma crença no projeto que estava em curso de abertura e uma relação de dependência financeira, pois os valores de propaganda estatal sempre são importantes nos periódicos.

Nem sempre a cobertura geral foi tendenciosa, algo fora do alcance deste artigo, mas aqui foram analisados os editoriais, centralmente. Neles, ficou evidente as opções de ZH e CP, com muitas semelhanças e algumas distinções. Em linhas gerais, cumpriram o papel destinado aos veículos de grande circulação na manutenção do *status quo* da sociedade e na defesa da ordem.

Quanto à greve daquele ano, suas lições ficaram e se somaram na bagagem coletiva da numerosa categoria docente estadual.

a) Fontes primárias.

Edições do Jornal Zero Hora, março de 1982.

Edições do Jornal Correio do Povo, março de 1982.

b) Referências bibliográficas.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80.** São Paulo: Editora Ensaio & Campinas: Editora UNICAMP, 1988.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa Estado Autoritário (1968-1978).** São Paulo: EDUSC, 1999.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de Notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

GALVANI, Valter. **Um século de poder: os bastidores da Caldas Jr.** Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1995.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI 5 à constituição de 1988.** São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

LAMOUNIER, Bolívar (org). **De Geisel a Collor: o balanço da transição.** São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade – 1964-1984.** Londrina: Editora UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora UNESP, 1993.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

SALLUM JR., Brasília. **LABIRINTOS: dos generais à Nova República.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova República.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

c) Artigos consultados.

CAUBET, Christian G. A Nova República em seu contexto Americano: dos golpes dos 60 às democratizações dos 80. IN: **Encontro Anual ANPOCS.** São Paulo: 20 a 24/10/1986.

RAMÍREZ, Hernán. Política e Tempo Presente na historiografia das ditaduras do Cone Sul da América Latina. IN **Revista Tempo e Argumento.** Florianópolis, Volume 4, nº 1, 2012

d) Dissertações consultadas.

DUQUE, Luís Guilherme Ritta. **Hei de vencer, mesmo sendo professor: o CPERS e o magistério público estadual do RGS, 1972-1979.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 1998.

MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura Militar e propaganda política: a revista Manchete durante o período Médici.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós Graduação em Ciências sociais (Área de concentração: sociologia Política): São Carlos, 1999.

NORONHA, Eduardo Garuti. **Greves na transição brasileira.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Depto Ciência Política): Campinas, 1992.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Sindicato e projeto pedagógico. A organização e as lutas dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul, de 1945 a 1991.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 1993.

PETERSEN, Áurea Terezinha Tomatis. **Movimentação grevista no Rio Grande do Sul (1980-1983).** Dissertação (Mestrado) – PUCRS. Instituto de Estudos Sociais, políticos e econômicos: Porto Alegre, 1984.

SOARES, Vânia Fonseca. **A abertura política e os movimentos sociais em Porto Alegre (1979 - 1985).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em História: Porto Alegre, 2002.

TERCIOTTI, Talita Vidigal. **Nacionalismo e identidade nacional nas copas do Mundo de 1970 e 1994 na Revista Veja.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós Graduação em História Social: Londrina, 2013.